

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	
3 Domínio da ortografia oficial	
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciaç	
substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	
4.2 Emprego de tempos e modos verbais	
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavra	
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações	
subordinação entre orações e entre termos da oração	
5.4 Emprego dos sinais de pontuação	
5.5 Concordância verbal e nominal	
5.6 Regência verbal e nominal	
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase	
5.8 Colocação dos pronomes átonos	
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto	197 240
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura	
orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis	
formalidade	
Tomaldado	ZZJ
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
1 Estado. 1.1. Conceito e evolução do Estado Moderno. 2 Conceitos fundamentais do direito público e o funcionamento do Estado. 3 Estado, governo e aparelho do Estado. 4 Estado unitário e Estado federativo. 5 Relações entre esferas de governo e reg federativo. 6 Formas de administração pública. 6.1 Patrimonialista, burocrática, gerencial	711 ime17173049 ia e
DIREITO ADMINISTRATIVO	
1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos	3.2 3.3 19 .3.1 2ão. 4.8 36 icia. 54
administração pública	64





7 Serviços públicos. 7.1 Conceito. 7.2 Elementos constitutivos. 7.3 Formas de prestação e meios de execução. 7.4 Delegação. 7.4.1 Concessão, permissão e autorização. 7.5 Classificação. 7.6 Princípios
DIREITO CONSTITUCIONAL
1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.2 Normas programáticas
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
1 Orçamento público. 1.1 Conceito. 1.2 Técnicas orçamentárias. 1.3 Princípios orçamentários. 1.4 Ciclo orçamentário. 1.5 Processo orçamentário
5 Despesa pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Restos a pagar. 5.4 Despesas de exercícios anteriores. 5.5 Dívida flutuante e fundada. 5.6 Suprimento de fundos
6 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal) 150 7 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações



8 Transferências voluntárias
ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES
1 Dado, informação, conhecimento e inteligência. 1.1 Dados estruturados e não estruturados. 1.2 Dados abertos. 1.3 Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados
AUDITORIA GOVERNAMENTAL
1 Compliance aplicada à gestão pública. 1.1 Conceito, princípios e normas
e Pré-Requisitos para o Funcionamento dos Tribunais de Contas Brasileiros, Nível 2 - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, Nível 3 - Requisitos Mandatórios para Auditorias do Setor Público





CONTABILIDADE PÚBLICA

1 Contabilidade Pública. 1.1 Conceituação, objeto e campo de aplicação1
2 Composição do Patrimônio Público. 2.1 Patrimônio Público. 2.2 Ativo. 2.3 Passivo. 2.4
Saldo Patrimonial8
3 Receita e despesa públicas. 3.1 Definições, estágios (etapas), procedimentos contábeis e
divulgação (evidenciação). Receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Restos
a pagar. Dívida Pública. Despesas de exercícios anteriores. Operações de Crédito17
4 Variações patrimoniais. 4.1 Qualitativas. 4.2 Quantitativas. 4.2.1 Receita e despesa sob o
enfoque patrimonial. 4.3 Realização da variação patrimonial. 4.4 Resultado patrimonial 19
5 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 5.1 Balanço orçamentário. 5.2
Balanço Financeiro. 5.3 Demonstração das variações patrimoniais. 5.4 Balanço patrimônial. 5.5
Demonstração de fluxos de caixa. 5.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 5.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis. 5.8 Consolidação das demonstrações
contábeis33
6 Transações no setor público
7 Execução orçamentária e financeira84
7 Excoução diçamentaria e financeira
CONTROL E EVITERNO
CONTROLE EXTERNO
1 Controle da Administração Pública. 1.1 Conceito, abrangência e espécies. 1.2 Controle
interno. 1.3 Controle Externo. 2 Controle externo no Brasil
3 O Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 4 Fiscalização contábil, financeira,
orçamentária, operacional e patrimonial14
5 Tribunais de Contas. 5.1 Natureza jurídica. 5.2 Forma de investidura, direitos, prerrogativas
e vedações dos membros. 5.3 Funções. 5.4 Eficácia das decisões. 5.5 Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário14
6 Competências do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. 6.1 Competência para
a apreciação da constitucionalidade de leis. 6.2 Competência para a revisão dos próprios atos.
6.3 Competência normativa 38
7 Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. 7.1 Iniciativa. 7.1.1
Própria 7.1.2 Denúncia. 7.1.3 Representação
8 Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de
aposentadorias, reformas e pensões38
9 Ministério Público de Contas. 9.1 Natureza, competência, princípios e funções
institucionais. 10 Ministério Público de Contas do Estado do Rio de Janeiro. 10.1 Competência,
organização e composição. 10.2 Forma de investidura, regime jurídico, direitos, prerrogativas
e vedações dos membros39
11 Legislação. 11.1 Constituição Federal. 11.2. Constituição do Estado do Rio de
Janeiro 39
11.3 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro39
11.4 Lei Estadual nº 4.787/2006 e suas alterações 59
11.5 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. 12 Prestação
de Contas. 12.1 Contas de governo. 12.2 Contas de gestão65

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

1 Licitações e contratos administrativos. 1.1 Legislação pertinente. 1.1.1 Lei nº	8.666/1993
e suas alterações	
1.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.	



1.1.3 Decreto 1º 7.892/2013 (Sistema de Registro de Preços)	
1.1.4 Lei nº 12.462/2011, e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas)	
1.1.5 Lei nº 11.079/2004, e suas alterações (Parcerias Público-privadas)	
1.1.7 Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais)	
contrato administrativo. 2.2 Formalização e fiscalização do contrato. 2.3 Aspectos orçamentários e financeiros da execução do contrato. 2.4 Sanção administrativa. 2.5 Equilíbrio	
econômico-financeiro. 2.6 Garantia contratual. 2.7 Alteração do objeto. 2.7.1 Acréscimos e supressões. 2.8 Prorrogação do prazo de vigência e de execução	
3 Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres217	

